



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório do Grupo de Trabalho Insular de 21 de Abril de 2015 Bilbao Exhibition Center, paralelamente à Feira SINAVAL, Bilbao

A reunião foi presidida por Cleofé Carballo (Cofradia de Corralejo).

O Presidente agradeceu os membros pela sua presença, informando-os em seguida dos canais de tradução. Na altura de validar o projecto da ordem do dia, explicou aos membros os motivos pelos quais tinha proposto uma reunião mais curta, não sendo levantada qualquer objecção. Foi, assim, validada a ordem do dia.

Validação do Relatório: A validação do relatório da reunião anterior foi objecto de várias discussões. De facto, para além do projecto levado a cabo pelo Secretariado, foi difundido aos membros um projecto elaborado pela Presidência e por alguns membros. O mesmo tinha por finalidade desenvolver mais exaustivamente algumas tomadas de palavra da reunião organizada nos Açores; tendo como consequência um comprimento (13 páginas) com praticamente o dobro dos relatórios habitualmente validados pelo CC Sul - o que, de um ponto de vista orçamental, tem alguma relevância. Contudo, vários membros disseram querer ver algumas das suas intervenções aparecer de maneira clara nos relatórios.

Considerando, contudo, que um relatório tem, por norma, de ser sintético e que o CC Sul não tem meios para contratar um estenógrafo, foi acordado que o projecto do secretariado seria submetido electronicamente aos membros, para estes o completarem, somente numa perspectiva de melhor destacar as intervenções claramente definidas e que precisem de constar especificamente do relatório.

Por fim, à semelhança da última reunião, o coordenador técnico redigiu um documento de apoio à organização da reunião, de modo a que os membros pudessem preparar-se da melhor forma.

Ponto sobre a Actualidade Comunitária - Implementação da Obrigação de Desembarque

Ponto de informação sobre a adopção do Regulamento Omnibus e perspectivas :

O coordenador técnico do Grupo, JM Ortiz recordou todas as questões de relevo associadas à negociação em torno da adopção do Regulamento Omnibus, realçando, em específico, a importância do ponto relacionado com a equivalência tamanho-molde para a anchova das Ilhas Canárias.

JM Robert informou os membros que um acordo político tinha sido encontrado para esse regulamento, mas que, de momento, não era possível conhecê-lo, estando a instrução jurídica e linguística ainda por concluir.



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Futuro das capturas inferiores ao MCRS (tamanho mínimo de referência de conservação) sujeitas à obrigação de desembarque:

JM Ortiz indicou não deter novas informações quanto à possibilidade de utilizar essas capturas como isco. Este ponto terá de ser analisado através de uma troca de correios electrónicos com a Comissão Europeia.

Na continuidade das discussões realizadas nos Açores e, na sequência de algumas conversas electrónicas, JA Fernandes indicou que essas capturas não representariam um volume significativo para o arquipélago dos Açores, pelo que não seriam problemáticas. O coordenador técnico propôs que se interrompessem os debates sobre esse assunto, não sendo as repercussões de grande relevo, o que foi validado.

Debate aberto destinado a trazer ideias ao Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre o Controlo:

Como indicado durante a reunião dos Açores, o CC Sul iniciou trabalhos que serão apresentados aos decisores políticos sob a forma de um *feedback* de experiências relativas ao regulamento 1224/2009. Foi constituído um grupo *Ad Hoc*, sendo, por isso, preciso, nesse mesmo grupo, identificar todos os pontos específicos à Macaronésia, de modo a estes virem nutrir as reflexões do grupo.

P. Jimenez referiu que o ponto mais problemático era, a seu ver, o da margem de tolerância para os tunídeos, inoperante devido às diferenças de condições desses peixes, podendo estas variar imenso (ver estudo IEO).

Vários membros quiseram estender a outras espécies o pedido de alteração da percentagem de tolerância; no entanto, foi-lhes respondido que esse ponto já tinha sido resolvido e que, numa primeira fase, apenas os tunídeos seriam abrangidos. Estando esse projecto de parecer sobre o referido assunto pendente por diferentes motivos, tentar-se-á adoptá-lo em breve.

L. Fernandes mencionou a gestão das quotas como problemática.

Os membros poderão enviar as suas contribuições sobre o assunto ao secretariado até dia 5 de Maio.

Partilha de experiências: Financiamento das estruturas profissionais

Sendo o primeiro a tomar a palavra, o Presidente apresentou o funcionamento das estruturas profissionais nas Ilhas Canárias. O financiamento das estruturas de pesca provém de uma quota paga pelos pescadores consoante as vendas, os lucros obtidos pelos restaurantes, subsídios da região e, eventualmente das Câmaras. Apesar das várias acções realizadas pelas confradias, nenhuma possui meios suficientes para autorizar a contratação de um responsável de missão. A IslaTuna é uma organização de produtores



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

reconhecida desde 2005. Como tal, recebe ajudas europeias e regionais, contando com 72 aderentes. Não pode financiar nenhum membro permanente. Em complemento, JM Ortiz indicou que os fundos POSEI e a informação ao consumidor eram assuntos extremamente importantes.

Nos Açores, a OP de Porto de Abrigo existe desde 1984, mas só começou a receber subsídios a partir de 2013, com o reconhecimento oficial do seu estatuto. Dispõe de várias fontes de financiamento (UE, Estado, Região, projectos), que foram discriminadas por L. Fernandes. Pedro Melo indicou que a ACPA beneficiava principalmente das quotas pagas pelos membros e de algumas ajudas públicas. Não há técnicos na sua associação. JA Fernandes explicou que todas as associações recebiam financiamentos do Governo dos Açores, principalmente para cobrir certas despesas de funcionamento. Algumas associações desenvolveram trabalhos sobre a comercialização. À excepção de projectos específicos, nenhuma associação dispõe de qualquer técnico. Para além disso, especificou que, nalgumas OPs, a quota paga era fixa por navio, em função do tamanho, com uma intervenção limitada no mercado. C. Canha explicou que a sua estrutura era financiada de modo significativo por um projecto: Equal. A questão do financiamento é, para ele, fulcral. Contudo, pareceu-lhe importante identificar novos projectos num quadro comunitário.

No respeitante às estruturas francesas, S. Larzabal, O. Le Nezet e JM Robert apresentaram um panorama global.

Existem 3 tipos de estruturas:

- As Organizações de Produtores: Financiadas principalmente pelos aderentes, na proporção de 1 a 3% das respectivas vendas, contando estas com 5 a 25 pessoas.
- Os Comités das Pescas: Existem a nível departamental, regional ou nacional, sendo financiados através de quotas calculadas em função do número de marinheiros. Essas estruturas assumem uma missão de serviço público no que respeita à gestão dos recursos ou do ambiente marinho, para além de defenderem os interesses do sector.
- Os Sindicatos também desempenham uma função chave, nomeadamente no diálogo social, mas também no jogo democrático (eleições, designação de representante..).

S. Larzabal salientou que, a seu ver, a estruturação profissional era indissociável de um financiamento próprio assumido pelo sector.

F. Portela Rosa também discriminou os tipos de financiamento, bem como as temáticas sobre as quais as suas estruturas intervêm (contabilidade, pesca a pé..). A valorização da produção através da transformação é um elemento significativo.

Resumindo a anterior análise geral, o Presidente considerou que as estruturas de pesca deviam melhorar os respectivos recursos de financiamento, sendo este um assunto que



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

se poderia converter em projecto de parecer. Para além disso, será útil analisar os termos do projecto *a priori* dedicado à representação da pesca artesanal.

Ponto sobre a Presidência do Grupo:

Cléofé Carballo lembrou que assumiria a Presidência desse grupo até Outubro de 2015, nos termos do acordo de 2011. Referiu que a Presidência teria de ser decidida aquando da próxima reunião, prevista para Outubro. Na perspectiva da criação muito em breve do CC RUP, essa Presidência poderia durar apenas uns meses ou uns anos. Propôs continuar a desempenhar a sua missão, caso os membros do grupo o pretendessem. Vários membros reagiram relativamente à suposta extinção do referido trabalho. No entanto, a sua permanência criaria uma situação complicada e redundante com o CC RUP. Todavia, os membros poderão sempre acompanhar os trabalhos de dois CCs e participar nos trabalhos do CC Sul através das suas outras plataformas.

Questões Diversas

JA Fernandes anunciou que, na sequência de eleições profissionais recentes, G. Amaral seria o próximo representante da Federação dos Açores no CC Sul. Para além disso, fez questão de a Presidência desse grupo ser novamente assumida por C. Carballo, sendo, a seu ver, a questão da estabilidade, da maior importância.

Principais Conclusões:

- O projecto de relatório da reunião dos Açores redigido pelo secretariado será submetido electronicamente aos membros, para estes o completarem, somente numa perspectiva de melhor destacar as intervenções claramente definidas e que precisem de constar especificamente do relatório.
- São encerradas as reflexões sobre o futuro das capturas abaixo do tamanho mínimo sujeitas à obrigação de desembarque, os volumes abrangidos sendo, *a priori*, demasiado baixos para serem problemáticos.
- Os membros poderão enviar ao secretariado as suas contribuições sobre o assunto do Controlo até ao dia 5 de Maio.
- As reflexões acerca do financiamento das estruturas de pesca terão de ser prosseguidas, na perspectiva eventual de se propor um parecer.